



ACÓRDÃO Nº1896/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 16350/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM
- 4- **Exercício:** 2012
- 5- **Responsável:** Joésia Moreira Julião Pacheco (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 819/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM. Exercício de 2012.

Conhecimento. Irregularidade. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Conhecer a prescrição punitiva em face da Prestação de Contas Anual do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), exercício 2012, sob responsabilidade da **Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora-Presidente à época, conforme art. 2º da Resolução TCU nº 344/2022 c/c art. 3º da Nota Recomendatória ATRICON-IRB-CNPTC-ABRACOM nº 02/2023;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), exercício 2012, sob responsabilidade da **Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora-Presidente à época, nos termos do art. 22, III, alínea “b”, haja vista as restrições a seguir, no tocante ao Relatório Conclusivo nº 234/2022-DICOP (fls. 5223/5282):

10.2.1. quanto ao Termo de Contrato nº 017/2010, cujo objeto



ACÓRDÃO Nº1896/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

foi a execução de obras e serviços de engenharia para construção da sede administrativa do CETAM, no valor de **R\$ 4.803.684,13 (quatro milhões, oitocentos e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e treze centavos)**: I) Justificar o acréscimo das quantidades dos serviços de superestrutura (fôrma, concreto e armadura dos pilares, vigas e lajes) consideradas como necessárias para execução da obra, no Termo Aditivo; II) Apresentar as respectivas memórias de cálculos das quantidades dos serviços da superestrutura (fôrma, concreto e armadura dos pilares, lajes e vigas) considerados como necessários para a execução da obra, no Termo Aditivo; III) Apresentar os registros fotográficos da execução das peças estruturais da subestrutura (pilares, vigas e lajes), contemplando os serviços de fôrma, armadura e concreto consideradas no Termo Aditivo, antes das suas destruições. IV) Justificar o acréscimo das quantidades consideradas como excedentes no 7º Termo Aditivo que ocasionaram um acréscimo financeiro no 7º Termo Aditivo firmado na ordem de **R\$ 325.187,23 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e três cinco centavos)**; V) Não comprovação do acréscimo de serviço, o qual atingiu a monta de **R\$ 325.187,23 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e três centavos)**;

10.2.2. No que tange ao Termo de Contrato nº 06/2011, cujo objeto fora a execução de obras e serviços de engenharia para reforma da unidade de ensino do CETAM, no município de Maués, no valor de R\$ 682.369,66 (seiscentos e oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos): I) justificativa sobre ausência das ART's da Contratada referente aos termos aditivos ao Contrato, de acordo com a Lei n.º 6.496/77, art. 1º e art. 2º; Res. do CONFEA nº 1.025/2009, art. 7º;

10.2.3. Acerca do Termo de Contrato nº 002/2012, cujo objeto fora a execução de obras e serviços de engenharia para reforma do Instituto Benjamin Constant, unidade de ensino do CETAM, localizado em Manaus, no valor de R\$ 1.365.396,73 (um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos): I) apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos responsáveis



ACÓRDÃO Nº1896/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

técnicos pela elaboração do Projeto Básico e/ou Orçamento (arts. 1º e 2º da Lei Federal Nº 6.496 de 07/12/1977 c/c os arts. 1º e 2º da Resolução Nº 425/98 de 18/12/1998 do CONFEA. Ainda, o art. 7º da Resolução Nº 361/91 do CONFEA estabelece a obrigatoriedade de recolhimento de ART do RT pela elaboração do projeto básico); II) Justificar a ausência do Quadro De Distribuição com Barramento de 18, 24, 32 e 48 circuitos (Instalação e Fornecimento) subitens 41029, 41030, 41031 e 41032 do item 3200 – Instalações Elétricas, da 1ª e 2ª Medição ocorrida respectivamente em 07/08/2012 e 13/11/2012 - R\$ 6.440,62;

- 10.2.4.** Em relação à Informação Conclusiva nº 08/2023-DICAI (fls. 5354/5358):
- 10.2.5.** Justificar a quantidade de banners solicitada, 1.000 unidades, assim como remeter a relação de escolas/locais onde o projeto “Oportunidade e Renda” funciona, levando em consideração as 52 escolas da capital mais as dos municípios do interior, visto que os banners, conforme atestado in loco, identificam as escolas participantes do projeto;
- 10.2.6.** Justificar os ajustes de preço que contrariam o art. 65, §1º, da Lei nº 8666/93: “O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”;
- 10.2.7.** Execução de obras e serviços de engenharia: Justificar os ajustes de preço que contrariam o art. 65, §1º, da Lei nº 8666/93 “O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”;
- 10.2.8.** Justificar os pagamentos realizados no exercício de 2012, considerando o Termo de Reinício de Obra, em agosto de 2012, e as medições repassadas pela SEINFRA, em novembro de 2012. Justificar, também, a inconformidade entre os valores apresentados nas Notas



ACÓRDÃO Nº1896/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- de Empenho, Notas de Lançamento e Ordens Bancárias;
- 10.2.9.** Aquisição de Papéis: não consta cautela de material que comprove seu recebimento; justificar o fracionamento da despesa, considerando o princípio do art. 23, §5º, da Lei nº 8666/93;
- 10.2.10.** Prestadores de Serviço e materiais - Constatou-se que a empresa ADJU SERVICE LTDA- ME possui como sócio o Sr. Augusto Julião Pacheco, e a empresa K C A COMÉRCIO e REPRESENTAÇÃO LTDA possui como sócios Virginia Lane Costa Pacheco e Elson Bezerra Pacheco, ambas as empresas forneceram serviços gráficos ao CETAM. Questiona-se o grau de parentesco destes com a **Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora-Presidente, considerando que o favorecimento de parentes e/ou conhecidos fere o princípio da impessoalidade da administração pública, previsto no art. 37, da Constituição da República;
- 10.2.11.** foram analisados pelo método de amostragem os processos de concessões de diárias e foi constatado que nem todos os processos estavam devidamente instruídos em desacordo com a Resolução nº 07/02-TCE/AM - ACP. Não se esclarece os procedimentos em relação às passagens de barco e carro para os municípios do interior do Estado, pois somente é apresentada uma nota fiscal ou recibo, sem detalhamento da fonte provedora do recurso. Sendo assim, justificar a fonte das diárias;
- 10.3. Determinar** o envio dos autos ao Ministério Público Estadual, a fim de apurar os atos dolosos que importem ou possam ser enquadrados como ímprobos para efeito da Lei federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e dos quais resultem danos ao erário (art. 37, §§ 4º e 5º, parte final, da Constituição Federal);
- 10.4. Dar ciência à Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 10.5. Arquivar** o processo, após cumpridos os prazos regimentais.



ACÓRDÃO Nº1896/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Vencido o voto-destaque proferido em sessão do Conselheiro Convocado Sr. Luiz Henrique Pereira Mendes que votou pelo reconhecimento da Prescrição, contudo sem manifestação, por entender ser a Prescrição questão de mérito do processo, conforme Art 487, II do CPC.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral